

Artigo

Pedra no sapato

Uma parte da imprensa teima em dizer que os movimentos sociais teriam sido amestrados durante o governo Lula. O Globo, recentemente, foi além e associou essa pretensa subordinação – e uma hipotética “paz” de que teria desfrutado o ex-presidente – ao repasse de verbas federais para entidades que integram o movimento social. Vamos analisar alguns dados em relação à CUT. Segundo o Sistema de Acompanhamento de Greves do Dieese, nossa Central realizou durante os oitos anos de Lula quase o dobro do número de greves no serviço público federal do que realizou durante o período FHC.

Incluindo funcionalismo federal e as estatais, os trabalhadores públicos da União, entre 2003 e 2010, realizaram 248 greves para pressionar o governo Lula a abrir negociações, aumentar salários e iniciar a reestruturação dos planos de cargos e carreiras. Já entre 1995 e 2002, foram 133 greves. A CUT representa 90% de todos os sindicatos do setor.

Esses dados desmentem de uma vez por todas o mito de que a CUT teria aliviado a pressão sobre Lula. Sabemos dividir o papel de uma central, de um partido, de um governo. O nosso é de defender os direitos e anseios dos trabalhadores – o que inclui saber construir propostas, dialogar e, também, mobilizar e fazer greve quando preciso.

A diferença fundamental entre FHC e Lula, e que explica inclusive a diferença do número de greves num período e outro, é que Lula, ex-sindicalista, fundador da CUT, sempre soube que para obter crescimento econômico e iniciar um processo de redistribuição de renda seria preciso dialogar com o movimento social. Seu governo não foi exemplar nesse quesito, tanto que muitas vezes, por exemplo, foi preciso recorrer à greve no serviço federal para que as negociações fossem realizadas.

Porém, ao considerar reivindicações como a valorização do salário mínimo e o papel do Estado como indutor do crescimento – algo que FHC desprezou – o período Lula ativou o crescimento da economia, gerando um cenário mais favorável a novas reivindicações. Também não houve repressões ao movimento sindical como no período anterior, cujo caso mais emblemático foi a batalha contra os grevistas da Petrobrás, em 1995 – greve que ajudou a impedir a privatização da estatal.

Dizer que os movimentos sociais propiciaram paz para Lula é uma piada de mau gosto. Pressionamos através de greves, mobilizações e ocupações de terra (quando não ignoradas, deturpadas por grande parte da mídia). E o fizemos por acreditar que a pressão serve para avançar nas conquistas sociais.

Por fim, lembro que os repasses de verbas do governo Lula para o movimento sindical foi muito menor do que no período FHC. Este, ávido por terceirizar o serviço público, transferia verbas do FAT para que as centrais cuidassem da tarefa de recolocação profissional – o que gerou os famosos (e enganosos) balcões de emprego. Por pressão da CUT, essa conexão foi desfeita no início do governo Lula, e a recolocação e qualificação profissional voltaram à esfera do poder público.

Artur Henrique, presidente nacional da CUT

Eleições SEEB/CE: vitória da Chapa 1 consolida processo democrático na categoria bancária

Foto: Drawlio Joca



A eleição para renovação da diretoria do Sindicato foi realizada de terça a quinta (de 3 a 5/7) (pág. 3)

- Empregados e CEF definem regras de avaliação para promoção por mérito no ano-base de 2012 (pág. 4)
- Após pressão dos funcionários, Itaú anuncia suspensão da retirada das portas de segurança (pág. 5)
- Bancários e vigilantes cobram do Ministério da Justiça avanços no projeto do estatuto de segurança privada (pág. 5)
- Contraf-CUT cobra da Fenaban avanços na correção das distorções de gênero, raça e pessoas com deficiência (pág. 5)



Sindicato reitera pedido de afastamento de todos os diretores do BNB

O pedido de afastamento de 4 diretores que permanecem nos cargos no BNB, após denúncias de corrupção, foi reforçado pelo SEEB/CE junto à Presidência da República e junto aos órgãos de fiscalização. O Sindicato defende a urgente indicação de novos dirigentes da Instituição (pág. 6)

Concut

Dirigentes sindicais de todo o País participam do 11º Congresso Nacional da CUT

“Por um mundo ondeせjamos socialmente iguais, humanamente diferentes e totalmente livres”. Esse pensamento de Rosa Luxemburgo norteará os debates do 11º Congresso Nacional da Central Única dos Trabalhadores (ConCUT), agendado para o período de 9 a 13 de julho, em São Paulo. O mote do evento é a liberdade e autonomia sindical, para democratizar as relações de trabalho, garantindo e ampliando direitos.

Caberá ao 11º ConCUT refletir e elaborar propostas sobre o Brasil que os trabalhadores querem para as próximas décadas, a partir de uma concepção de desenvolvimento centrada na



valorização do trabalho e na ampliação do papel redistributivo e democrático do Estado. O evento deverá aprovar ainda um plano para a gestão 2012/2015, com prioridades estratégicas.

Outro momento de peso

do 11º ConCUT será a eleição da nova diretoria da Central Única dos Trabalhadores, devendo o bancário Vagner Freitas ser eleito presidente nacional da entidade para um mandato de três anos (2012/2015).

POSSO

Caixa empossa 28 novos empregados para o Ceará e 18 para o Maranhão



O Sindicato dos Bancários do Ceará participou da posse, no último dia 5/7, de 46 novos empregados da Caixa Econômica Federal. Desses, 28 serão lotados no Ceará e 18 no Maranhão. O diretor do Sindicato, Bosco Mota, falou da importância do Sindicato na vida da categoria bancária e da mobilização dos bancários para garantir novas conquistas.

DICA CULTURAL

XIV Festival Eleazar de Carvalho acontece na Unifor

Tradicional evento de música clássica no âmbito nacional, o Festival Eleazar de Carvalho chega em sua 14ª edição homenageando o centenário de nascimento de um dos maiores regentes brasileiros. Eleazar de Carvalho, nascido em Iguatu, no dia 28 de junho de 1912, dedicou-se por mais de 50 anos ao ofício, atuando em escolas, orquestras, festivais, ensinando e abrindo portas para alguns dos mais brilhantes regentes e instrumentistas da tradição erudita.

Desde o dia 1º de julho, o público cearense pode acompanhar a apresentação de orquestras, conjuntos de câmara, óperas, recitais, corais e bandas, além de oficinas e cursos promovidos pelo Festival Eleazar de Carvalho, uma realização da Fundação Edson Queiroz em parceria com a fundação mantida pela família do maestro, com o nome dele. A direção artística do festival está a cargo de Sônia Muniz Carvalho,

viúva de Eleazar de Carvalho. O encerramento está previsto para o dia 22 de julho.

Professores, escolas e universidades de vários estados brasileiros e de outros países participam no evento, onde têm a oportunidade de interagir com um corpo docente renomado no cenário artístico brasileiro e internacional, além da possibilidade de conviver e de trocar experiências com alunos vindos de diversas partes do mundo.

Vale ressaltar que, ao oferecer apresentações abertas e gratuitas, o Festival Eleazar de Carvalho contribui para a formação de público de música erudita, gênero nem sempre acessível ou difundido.

Serviço:
XIV Festival Eleazar de Carvalho

Universidade de Fortaleza
Av. Washington Soares, 1321 – Edson Queiroz
Fones: (85) 3477.3111/3377

Diálogos Políticos

Bancários do Ceará em Blog



<http://dialogospoliticos.wordpress.com>

ESTATÍSTICA

IBGE divulga Censo 2010 e aponta que desigualdade racial continua

Dados do Censo Demográfico 2010, divulgados pelo IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística), mostram que a desigualdade racial continua no Brasil, com brancos recebendo salários mais altos e estudando mais que os negros (pretos e pardos). Segundo o levantamento, essa realidade é ainda mais acentuada na região Sudeste, onde os rendimentos recebidos pelos brancos correspondem ao dobro dos pagos aos pretos. A menor diferença é observada na região Sul, onde a população branca ganha 70% mais que aquela que se autodeclarar preta.

De acordo com Jefferson Mariano, analista socioeconômico do IBGE, esses indicadores pouco mudaram como passados anos. “Nós até observamos uma redução da desigualdade nesse aspecto, mas a queda é muito tímida”, diz. Para o analista, a cidade de São Paulo serve como um “ótimo exemplo” dessas desigualdades. “A população do Alto de Pinheiros [bairro da zona oeste], por exemplo, é majoritariamente branca, enquanto em Parelheiros [bairro no extremo da zona sul] predomina a população negra”. O levantamento ainda constatou uma maior proporção das pessoas que se autodeclararam brancas entre os grupos de segurados da Previdência Social, bem como entre os empregadores (3% entre os brancos contra 0,6% entre os pretos e 0,9% entre os pardos).

O analista afirma que “o Brasil ainda é racista e discriminatório”. “Não é que da noite para o dia o País tenha deixado de ser racista, mas existem políticas. As demandas [da população negra], a questão da exclusão, tudo isso começou a fazer parte da agenda política. A cota racial em universidades, por exemplo, é um desdobramento disso”, afirma Mariano.

O analista, no entanto, afirma que “o Brasil ainda é racista e discriminatório”. “Não é que da noite para o dia o País tenha deixado de ser racista, mas existem políticas. As demandas [da população negra], a questão da exclusão, tudo isso começou a fazer parte da agenda política. A cota racial em universidades, por exemplo, é um desdobramento disso”, afirma Mariano.

Chapa 1 eleita pela vontade soberana dos bancários

A Chapa 1 – Vamos! venceu as eleições para o mandato 2012-2015 do Sindicato dos Bancários do Ceará. A votação foi realizada durante os dias 3, 4 e 5/7 e a apuração foi encerrada no início da madrugada da sexta (6/7), em Fortaleza.

A Chapa 1, apoiada pela CUT e CTB, obteve 3.265 votos, representando 55,75%, enquanto a Chapa 2, apoiada pelo Conlutas, teve 2.591 votos, representando uma diferença de 11,5%, ou seja, 674 votos. Foram computados ainda 56 votos em branco e 91 votos nulos. De um total de 8.661 associados aptos a votar, 5.856 compareceram às urnas.

Foram 59 urnas fixas e itinerantes na capital e interior do Estado. Dessas, 40 urnas tiveram a vitória da Chapa 1.

Vitória da unidade nacional – O presidente da Contraf-CUT, Carlos Cordeiro, que acompanhou a apuração, comemorou a vitória da Chapa 1. “Trata-se de uma equipe que está comprometida com o projeto vitorioso de construção da unidade nacional dos bancários, que é coordenado pela Contraf-CUT e representa mais de 400 mil trabalhadores de bancos públicos e privados de todo País. Essa unidade tem o Sindicato dos Bancários do Ceará como um dos protagonistas e conquistou a Convenção Coletiva de Trabalho, que completa 20 anos em 2012 abrange todos os bancários do Brasil”, destaca. “Com mobilização e greves, garantimos aumentos reais consecutivos desde 2004, elevação no piso, melhorias na PLR e importantes avanços sociais, bem como várias conquistas nas negociações específicas com os bancos públicos”, destaca o dirigente sindical.

Para Cordeiro, o balanço positivo da última gestão do Sindicato credenciou a Chapa 1 a ganhar as eleições e fortalecer o trabalho pelos direitos da categoria, organizando e mobilizando os trabalhadores para enfrentar as direções dos bancos por emprego decente, fim da rotatividade, combate à terceirização, remuneração digna, melhores condições de saúde, segurança e trabalho, combate ao assédio moral, fim das metas abusivas e igualdade de oportunidades, dentre outros pontos.

Luta agora é contra os banqueiros – O presidente reeleito do Sindicato, Carlos Eduardo Bezerra Marques, agradeceu os votos recebidos pela Chapa 1 e convocou todos os bancários a continuarem mobilizados para a Campanha Nacional. “Agora é aproveitar essa mobilização da categoria, a partir do processo democrático da eleição do Sindicato, e fortalecer nosso plano de luta com as reivindicações dos bancários para que tenhamos avanços nas condições de trabalho e de vida dos bancários e da sociedade”, disse. E completa: “o processo eleitoral já passou. Todos devemos nos mobilizar em torno de um só objetivo – a queda de braços com os patrões – banqueiros e Governo – para termos, mais uma vez, uma campanha salarial vitoriosa”.



Dano moral coletivo avança e inova na jurisprudência do STJ



A possibilidade de indenização por dano moral está prevista na Constituição Federal, em seu artigo 5º, inciso V. O texto não restringe a violação à esfera individual, e mudanças históricas e legislativas têm levado a doutrina e a jurisprudência a entender que, quando são atingidos valores e interesses fundamentais de um grupo, não há como negar a essa coletividade a defesa do seu patrimônio imaterial.

O dano moral coletivo é a lesão na esfera moral de uma comunidade, isto é, a violação de valores coletivos, atingidos injustificadamente do ponto de vista jurídico. Essas ações podem tratar de dano ambiental (lesão ao equilíbrio ecológico, à qualidade de vida e à saúde da coletividade), desrespeito aos direitos do consumidor (por exemplo, por publicidade abusiva), danos ao patrimônio histórico e artístico, violação à honra de determinada comunidade (negra, judaica, japonesa, indígena etc.) e até fraude a licitações.

A ministra do Superior Tribunal de Justiça (STJ), Nancy Andrichi, vê no Código de Defesa do Consumidor um divisor de águas no enfrentamento do tema. No julgamento do Recurso Especial (REsp) 636.021, em 2008, a ministra afirmou que o artigo 81 do CDC rompeu com a tradição jurídica clássica, de que só indivíduos seriam titulares de um interesse juridicamente tutelado ou de uma vontade protegida pelo ordenamento.

Na mesma linha, a ministra citou o Estatuto da Criança e do Adolescente, que no artigo 208 permite que o Ministério Público ajuíze ações de responsabilidade por ofensa aos direitos assegurados à criança e ao adolescente. A ministra

classifica como inquestionável a existência, no sistema legal brasileiro, dos interesses difusos e coletivos. Uma das consequências dessa evolução legislativa seria o reconhecimento de que a lesão a um bem difuso ou coletivo corresponde a um dano não patrimonial. Dano que, para a ministra, deve encontrar uma compensação.

Vinculação individual

A posição da ministra Andrichi encontra eco nos Tribunais, mas a ocorrência do dano moral coletivo é, ainda hoje, polêmica no STJ. Caso a caso, os ministros analisam a existência desse tipo de violação, independentemente de os atos causarem efetiva perturbação física ou mental em membros da coletividade.

Prova prescindível – Em dezembro de 2009, ao julgar na Segunda Turma um recurso por ela relatado, a ministra Eliana Calmon reconheceu que a reparação de dano moral coletivo é tema bastante novo no STJ. Naquele caso, uma concessionária do serviço de transporte público pretendia condicionar a utilização do benefício do acesso gratuito de idosos no transporte coletivo (passe livre) ao prévio cadastramento, apesar de o Estatuto do Idoso exigir apenas a apresentação de documento de identidade. A ação civil pública, entre outros pedidos, pleiteava a indenização do dano moral coletivo. A ministra reconheceu os precedentes que afastavam a possibilidade de se configurar tal dano à coletividade, porém, asseverou que a posição não poderia mais ser aceita. A Segunda Turma concluiu que o dano moral coletivo pode ser examinado e mensurado. Para Calmon, o dano extrapatrimonial coletivo

prescindiria da prova da dor, sentimento ou abalo psicológico sofridos pelos indivíduos.

Atendimento bancário

Nas Turmas de direito privado do STJ, a ocorrência de dano moral coletivo tem sido reconhecida em diversas situações. Em fevereiro passado, a Terceira Turma confirmou a condenação de um banco em danos morais coletivos por manter caixa de atendimento preferencial sómente no segundo andar de uma agência, acessível apenas por escadaria de 23 degraus. Os ministros consideraram desarrazoado submeter a tal desgaste quem já possui dificuldade de locomoção.

O relator, ministro Massami Uyeda, destacou que, embora o Código de Defesa do Consumidor (CDC) admite a indenização por danos morais coletivos e difusos, não é qualquer atentado aos interesses dos consumidores que pode acarretar esse tipo de dano, resultando na responsabilidade civil. "É preciso que o fato transgressor seja de razoável significância e transborde os limites da tolerabilidade. Ele deve ser grave o suficiente para produzir verdadeiros sofrimentos, intransquilidade social e alterações relevantes na ordem extrapatrimonial coletiva", esclareceu o relator.

Para o ministro Uyeda, este era o caso dos autos. Ele afirmou não ser razoável submeter aqueles que já possuem dificuldades de locomoção (idosos, deficientes físicos, gestantes) à situação desgastante de subir 23 degraus de escada para acessar um caixa preferencial. O ministro destacou que a agência tinha condições de propiciar melhor forma de atendimento. A indenização ficou em R\$ 50 mil.

Contraf-CUT negocia regras de avaliação para promoção por mérito

Em negociação ocorrida no dia 3/7, em Brasília, a Contraf-CUT, federações e sindicatos definiram com a Caixa Econômica Federal as regras de avaliação de desempenho para a promoção por mérito referente ao ano-base de 2012.

A proposta global negociada vigorará por dois anos. Isto significa que os critérios para a promoção por mérito serão válidos tanto para o ano-base de 2012 quanto para 2013. No entanto, entre um e outro ano, será feita uma avaliação de todo o processo, podendo as regras serem alteradas caso seja detectada alguma distorção. O indicativo de data para essa reunião é maio de 2013, ocasião em que a comissão paritária do Plano de Cargos e Salários (PCS) avaliará os resultados de 2012, podendo acarretar em ajustes nas regras de avaliação para o ano-base 2013.

Ficou definido ainda que uma parte da pontuação para o segundo delta, referente ao segmento da Universidade Caixa, será considerada extra. Nesse caso, houve alteração do nome para "Horas de Capacitação à Distância", estando prevista a necessidade de realização de 100h de carga horária de cursos à distância para a pontuação total no critério. Abaixo das 100h, a pontuação será proporcional à quantidade de horas cursadas pelo empregado. Para que o item relativo à Universidade Caixa se viabilize, o banco precisa

garantir que os empregados façam seus cursos apenas durante a jornada de trabalho. Essa exigência, por exemplo, evitará retrocessos e não acarretará em prejuízos para os trabalhadores.

Ficam mantidas, porém, a sistemática de distribuição de deltas e a exigência de que o empregado complete 180 dias de Caixa para ter direito a ser avaliado e promovido. O impasse nas discussões existia até então, porque a empresa insistia com a proposta de o empregado completar 365 dias para adquirir o direito de participar do processo. Os representantes dos empregados, no entanto, condicionaram a aprovação da proposta global negociada à manutenção do prazo de 180 dias para participação nos critérios de avaliação para promoção por mérito, o que houve concordância por parte da Caixa.

Restabelecida em 2008, após mais de 15 anos de sonegação desse direito pela Caixa, a retomada da promoção por mérito foi decorrência da forte mobilização dos trabalhadores do banco por um novo PCS, que resultou na unificação dos dois Planos de Cargos e Salários existentes até então, o de 1989 e o de 1998. Também outra conquista importante foi a recuperação de direitos que vinham sendo suprimidos, como as vantagens pessoais, incorporadas pela nova tabela.

PESQUISA

Pessoas com deficiência representam 24% da população, diz Censo 2010

Quase 46 milhões de brasileiros têm algum tipo de deficiência: mental, motora, visual ou auditiva. Esse número corresponde a 24% da população total do País. Embora 95% das crianças com deficiência comidas entre 6 e 14 anos estejam na escola, patamar bem próximo ao verificado entre as pessoas sem nenhuma das deficiências investigadas (97%), outros indicadores, como grau de instrução e posição no mercado de trabalho, revelam uma situação menos favorável dos brasileiros que têm algum tipo de deficiência.

A constatação faz parte do Censo Demográfico 2010 – Características Gerais da População, Religião e Pessoas com Deficiência, divulgado dia 29/6 pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

De acordo com o levantamento, enquanto 61,1% da população de 15 anos ou mais com deficiência não tinham instrução ou cursaram apenas o fundamental incompleto, esse percentual era de 38,2% para as pessoas dessa faixa etária que declararam não ter nenhuma das deficiências investigadas, representando uma diferença de 22,9 pontos percentuais.

No que se refere ao rendimento, o estudo aponta que 46,4% das pessoas ocupadas, com 10 anos ou mais de idade, entre os que têm deficiência, ganhavam até um salário mínimo ou não tinham rendimento. Já entre a população sem qualquer deficiência, essa era a realidade de 37,1%, o que indica uma diferença de mais de 9 pontos percentuais entre os dois grupos.

Segundo a coordenadora do Comitê do Censo Demográfico do IBGE, Andréa Borges, o levantamento aponta que para corrigir essas distorções são necessárias políticas públicas mais fortes que incentivem essa parcela da população a aumentar seu grau de instrução, o

que interfere diretamente nos níveis de rendimento.

"Os dados revelam que a maioria das pessoas que têm deficiência está concentrada em níveis de instrução e de rendimento muito baixos. Já existem políticas públicas nesse sentido, mas elas podem ser melhoradas para que haja maior incentivo para que essa parcela de brasileiros não pare de estudar ao concluir o ensino fundamental, mas que vá adiante. Enquanto 10,4% dos que não têm deficiência tem [ensino] superior completo, apenas 6,7% das pessoas com deficiência estão nesse patamar", ressaltou.

O levantamento aponta ainda que, em 2010, a população ocupada com pelo uma das deficiências investigadas representava 23,6% (20,3 milhões) do total ocupado (86,3 milhões) no País. Além disso, mais da metade (53,8%) dos 44 milhões de pessoas com deficiência em idade ativa (10 anos ou mais) estava desocupada ou não era economicamente ativa. Em relação ao total da população desocupada ou não economicamente ativa, que somava 75,6 milhões em 2010, as pessoas com deficiência representavam 31,3%. O documento constatou também que a maioria das pessoas com deficiência ocupadas era empregada com carteira assinada (40,2%), uma diferença de 9 pontos percentuais em relação à população sem nenhuma das deficiências investigadas (49,2%).

Já os percentuais de trabalhadores com deficiência classificados nas categorias por conta própria (27,4%), sem carteira (22,5%), militares e funcionários públicos estatutários (5,9%) e não remunerados (2,2%) são maiores do que na população sem deficiência (20,8%, 20,6% e 5,5%; 1,7%, respectivamente). Na categoria empregador, há uma diferença de 0,3 ponto percentual entre a população sem (2,1%) e com (1,8%) deficiência.

Itaú recua e suspende retirada das portas giratórias nas agências

Em reunião ocorrida na segunda-feira (2/6) com a Contraf-CUT, o diretor de segurança do Itaú anunciou que o banco suspendeu a retirada da porta de segurança das agências. Todas as unidades do Itaú que passarem por reforma terão mantidas as portas de segurança. Ele também assumiu o compromisso de reavaliar a situação dos estabelecimentos que tiveram o equipamento retirado.

“Trata-se de uma boa notícia para os trabalhadores, os clientes e a sociedade, pois a porta giratória virou hoje um símbolo de segurança, protegendo a vida das pessoas, a exemplo do aparelho de raio-x nos aeroportos”, afirma Carlos Cordeiro, funcionário do banco e presidente da Contraf-CUT.

O anúncio do Itaú ocorre após a onda de protestos dos bancários em todo País, sobretudo contra as demissões, a rotatividade, a retirada das portas de segurança e as condições precárias de trabalho.

“Queremos a obrigatoriedade da instalação da porta de segurança em todas as agências e postos de atendimento, pois até as estatísticas da Febraban comprovam a redução dos assaltos a bancos depois da instalação da porta de segurança, a partir do final dos anos 90, por força da mobilização dos bancários e da aprovação de leis municipais”, destaca Ademir Wiederkehr, secretário de imprensa da Contraf-CUT e coordenador do Coletivo Nacional de Segurança Bancária, que também participou da reunião.

Ademir lembra que a reivindicação foi discutida dia 28/6,



na mesa temática de segurança bancária com a Fenaban. Mas os debates não avançaram. “O representante dos bancos disse que porta de segurança nada tem a ver com relações de trabalho, ignorando que o equipamento é fundamental para que haja trabalho seguro”, salienta.

“Esse é um avanço para vigilantes, bancários e clientes que estarão mais protegidos da ação de assaltantes. No entanto, vamos insistir até que todas as agências tenham porta de segurança”, reforça Ribamar Pacheco, funcionário do banco e representante da Fetrafi-NE na COE Itaú.

A obrigação da porta de segurança também está sendo reivindicada pela Contraf-CUT

e Confederação Nacional dos Vigilantes (CNTV) nas reuniões com o Ministério da Justiça que tratam da elaboração do projeto de lei do estatuto da segurança privada.

“Defendemos a instalação desse equipamento porque ele protege a vida das pessoas e melhora as condições de segurança dos estabelecimentos, além de prevenir assaltos e outras ações criminosas”, salienta José Boaventura Santos, presidente da CNTV, que também participou da reunião.

O Safra foi a primeira instituição financeira a atender a reivindicação e instalou portas de segurança em toda rede de agências.

PROJETO DE LEI

Contraf-CUT e CNTV cobram avanços no projeto de estatuto de segurança privada

Em reunião ocorrida na terça-feira, dia 3/7, com Marivaldo Pereira, secretário de Assuntos Legislativos do Ministério da Justiça, em Brasília, a Contraf-CUT e a Confederação Nacional dos Vigilantes (CNTV) cobraram avanços no projeto de lei de estatuto de segurança privada que está sendo elaborado para atualizar a lei federal nº 7.102/83. Essa legislação já possui quase 30 anos e se encontra defasada diante do atual cenário de violência, criminalidade e insegurança.

Um texto-base do projeto havia sido entregue para a Contraf-CUT e a CNTV pelo ministro José Eduardo Cardozo, durante audiência com as entidades que integram a Comissão Consultiva para Assuntos de Segurança Privada (Ccasp) e outras agremiações convidadas, ocorrida no dia 25/5, em São Paulo. As duas entidades sindicais encaminharam

propostas dos bancários e vigilantes no dia 5/6, buscando a melhoria do projeto, na perspectiva de garantir mais segurança e proteger a vida de trabalhadores e clientes.

Para Ademir Wiederkehr, representante da Contraf-CUT na Ccasp e coordenador do Coletivo Nacional de Segurança Bancária, “a iniciativa do governo de ouvir os trabalhadores e demais atores da segurança privada é muito importante. Noutros governos, os projetos eram enviados ao Congresso Nacional sem qualquer diálogo social”.

“Defendemos propostas como a obrigatoriedade das portas de segurança nas agências e postos de atendimento, a proibição de transporte de valores e da guarda das chaves por bancários, a interdição de agências e postos que não possuem ou não cumprem o plano de segurança aprovado pela Polícia Federal e a garantia de privacidade nas operações nos

caixas para combater o crime da ‘saída de banco’, dentre outras medidas”, destaca Ademir.

“Cumprimos o compromisso assumido com o ministro e exercemos o nosso papel para que o projeto avance, contribuindo com propostas concretas e eficazes, combatendo distorções e anomalias e preservando o emprego e a segurança”, aponta José Boaventura Santos, presidente da CNTV.

Marivaldo disse que vai analisar as propostas dos trabalhadores. Ele também está ouvindo as demandas de outros segmentos, como a Febraban e as empresas de segurança, vigilância e transporte de valores. Depois, o ministro deverá arbitrar sobre os pontos não consensuais e concluir o projeto, que aí seguirá para a Casa Civil da Presidência da República e posteriormente ao Congresso Nacional.

Empregados não são obrigados ao saldamento do REG/Replan para aderir ao novo PCS

Com base em ação impetrada pelo Ministério Público do Trabalho, a Terceira Turma do TRT 10ª Região decidiu proibir a Caixa Econômica Federal de exigir que os empregados abandonem ações judiciais contra a empresa para aderirem à nova estrutura do Plano de Cargos e Salários (PCS/98).

Na mesma sentença, há determinação de que o banco se abstenha de exigir a migração de seus empregados para o Novo Plano Funcef, realizando saldamento relativo ao REG/Replan, como condição para a adesão ao novo PCS.

Os desembargadores determinaram também que a empresa abra novo prazo para que os empregados interessados possam aderir ao Plano de Cargos e Salários. A sentença deixa claro que a adesão não poderia estar vinculada ao abandono de ações judiciais que buscam o reparo de possíveis perdas decorrentes do

antigo plano de cargos e salários.

A empresa terá ainda de pagar indenização de R\$ 200 mil por danos morais coletivos, a ser revertida ao Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT). O número do processo é 01086-2008-005-10-00-0-RO. O setor jurídico e o do RH da Caixa estão preparando a forma de cumprimento da sentença. A estimativa é de que divulgação das orientações ocorra nos próximos 15 dias.

Por outro lado, a Caixa estuda ainda impetrar ação rescisória. Mas, mesmo que essa ação seja aceita, a empresa não fica desobrigada a cumprir a sentença do TRT da 10ª Região, que vale para todo o País.

Segundo o diretor do SEEB/CE, Áureo Júnior, “o Sindicato vem buscando na justiça que o tratamento isonômico seja estendido a todos os empregados, e essa decisão do TRT 10ª Região é uma vitória dos trabalhadores da Caixa”.



MESA TEMÁTICA

Fenaban enrola e mais uma vez não traz dados sobre promoção de igualdade

A Contraf-CUT, federações e sindicatos cobraram no dia 3/7, da Fenaban, durante a reunião da mesa temática de Igualdade de Oportunidades, avanços no plano de ação propagandeado pelos bancos por ocasião da divulgação do resultado do Mapa da Diversidade, em 2009, feito com o objetivo de corrigir as distorções de gênero, raça e pessoa com deficiência nas instituições financeiras.

Foram três pontos discutidos: o monitoramento do Portal de Igualdade, realizado pela Febraban, o acompanhamento da quantidade de casais homoafetivos, conforme estabelece a cláusula 47ª da Convenção Coletiva de Trabalho que trata da extensão da isonomia de tratamento, e a avaliação do curso de formação de líderes promovido pela Febraban, como parte de um programa que visa a sensibilização dos gestores sobre o tema da diversidade.

Portal de Igualdade – As entidades sindicais reivindicaram a divulgação de informações sobre o Portal de Igualdade, criado para receber currículos e divulgado pela Febraban como instrumento de inclusão.

Casais homoafetivos – Os dirigentes sindicais também solicitaram informações sobre o direito conquistado na Convenção Coletiva de Trabalho para evitar a discriminação por orientação sexual nos bancos.

Os bancários também questionaram o formulário divulgado pelos bancos que não possui nenhum item sobre orientação sexual. No entanto, apesar da informação enviada com antecedência de que esse ponto seria discutido no encontro, o item ficou em aberto e será tratado na próxima reunião. A Fenaban alegou que não teve tempo suficiente para analisar a questão.

Curso de formação de líderes

– O movimento sindical avalia que, para combater as discriminações, é necessário desconstruir conceitos e preconceitos históricos na sociedade. A categoria bancária é exemplo de diálogo social devido ao amadurecimento adquirido depois de mais de uma década de intenso debate com os bancos. Desta forma, o curso de formação de líderes da Febraban pode cumprir um papel importante nesta desconstrução. Aliás, o curso de formação de líderes tem sido usado pelos bancos como uma ação afirmativa voltada para gerar sensibilidade nos gestores sobre o tema. Ficou decidido durante o encontro que esse curso será novamente discutido em próximas reuniões para que o tema seja aprofundado.

A Fenaban propôs a realização de uma nova reunião da mesa temática para o final deste mês, em data ainda a ser definida, para que os debates sejam retomados e os dados com os quais se comprometeram sejam apresentados.

Sindicato reforça pedido de afastamento de diretores do BNB

O Sindicato dos Bancários do Ceará reforça junto à Presidência da República e órgãos de fiscalização o pedido de afastamento de 4 diretores do BNB, que permanecem nos cargos apesar das denúncias de corrupção veiculadas na imprensa nacional e local.

Para o SEEB/CE é urgente a indicação de novos dirigentes da Instituição, dentre os quais o Presidente, pois o Banco não pode continuar em compasso de espera, exposto seguidamente a novas denúncias de irregularidades que a cada dia são publicas na mídia.

O Sindicato defende a apuração e punição de todos os envolvidos em fraudes nas operações do BNB, mas entende que, assim como ocupantes de funções de menor porte identificados como responsáveis por desvios estão sendo destituídos, em primeiro lugar deveriam estar deixando seus cargos os diretores remanescentes da gestão Roberto Smith, quando toda essa onda



de fraudes iniciou.

O SEEB/CE também cobra uma investigação que transcendia os muros do Banco e identifique toda a ação promiscua envolvendo parlamentares e detentores de mandatos públicos e suas ligações com dirigentes do Banco. "Toda a rede de tráfico de influência e obtenção de privilégios políticos e financeiros precisa

ser desmontada, afim de que o BNB possa comemorar os seus 60 anos de existência de cabeça erguida e com o respeito que lhe é devido por sua trajetória de apoio ao desenvolvimento da região Nordeste", enfatiza Tomaz de Aquino, diretor do Sindicato e coordenador da Comissão nacional dos Funcionários do BNB.

BNB

Sindicato reivindica solução para aposentados pelo INSS e extensão do acordo das folgas

O Sindicato dos Bancários do Ceará reivindica mais uma vez à direção do BNB solução para a situação dos aposentados pelo INSS que não podem se desvincular do Banco devido às perdas financeiras que sofrerão. Da mesma forma, reitera pedido de extensão do acordo das folgas recentemente aprovado para todos os funcionários, independentemente de constarem ou não ação judicial reclamatória do direito.

A extensão do acordo da ação

das folgas para todo o corpo funcional do BNB foi requerido formalmente pelo Sindicato, logo após assembleia que aprovou a aceitação de proposta do Banco para quitação daquele passivo. Até o momento, nenhuma resposta formal foi enviada ao SEEB/CE, que está agendando reunião com o recém-empossado Diretor Administrativo para cobrar providências sobre a questão.

CAMPANHA NACIONAL 2012

Assembleia define delegados para a I Conferência Regional da FETRAFI/NE, em Fortaleza

O Sindicato dos Bancários do Ceará convoca todos os bancários para uma assembleia geral extraordinária na próxima quarta-feira, dia 11/7, para a eleição de delegados à I Conferência Regional da FETRAFI/NE, que se realizará nos dias 13 e 14/7, no Ponta Mar Hotel (Av. Beira Mar, 2200 - Meireles), em Fortaleza. A assembleia acontece na sede do Sindicato (Rua 24 de Maio, 1289 - Centro), às 18h em 1ª convocação e às 18h30, em segunda convocação.

A I Conferência Regional da FETRAFI/NE contará com a participação de 120 delegados eleitos e 12 observadores (10% dos delegados). Os membros titulares da Diretoria Executiva são delegados

natos. A abertura será na sexta-feira, dia 13/7, com uma análise de conjuntura.

De acordo com os critérios de participação definidos pela Diretoria Executiva da entidade, o Ceará terá direito à sete delegados natos e 40 delegados eleitos, num total de 47 delegados.

Durante à Conferência da FETRAFI, os bancários do Nordeste definirão a pauta da região para a 14ª Conferência Nacional dos Bancários, que acontece entre os dias 20 e 22/7, em Curitiba. Ao final do evento, os bancários elegerão os delegados à Conferência Nacional. Do Ceará serão eleitos 18 delegados ao encontro nacional.

EDITAL

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

O presidente do SINDICATO DOS EMPREGADOS EM ESTABELECIMENTOS BANCÁRIOS NO ESTADO DO CEARÁ - SEEB/CE, no uso das suas atribuições legais, convoca todos os bancários da base desta entidade /para se fazerem presentes à Assembleia Geral Extraordinária, que se realizará no dia 11 de julho de 2012, quarta feira, em primeira convocação às 18h, ou às 18h30min, em segunda convocação, em sua sede (Rua 24 de Maio, 1289 - Centro, Fortaleza/CE), para eleição dos delegados à I Conferência Regional da FETRAFI/NE que se realizará nos dias 13 e 14/7, no Ponta Mar Hotel (Av. Beira Mar, 2200 - Meireles), em Fortaleza. Publique-se.

Fortaleza-CE, 06 de julho de 2012.

Carlos Eduardo Bezerra Marques
PRESIDENTE

PROGRAMA VIDA E TRABALHO

12h – Programa Vida e Trabalho na TV Metrópole Canal 26



OUTROS TOQUES

Envelhecer é preciso

Além da falta de comprovação científica quanto à sua eficácia, as novas terapias de combate aos efeitos do envelhecimento podem comprometer o bom funcionamento do organismo e aumentar os riscos de câncer, segundo a presidente da Sociedade Brasileira de Geriatria e Gerontologia,

Silvia Pereira. A reposição de nutrientes e o uso de remédios, como hormônio do crescimento (GH), para ganhar músculos e queimar gordura com facilidade, podem aumentar a incidência de cânceres. "Estão vendendo ilusão de anti-envelhecimento para a população sem nenhuma comprovação científica e que pode fazer mal à saúde", alertou a médica.

• • •

Venda de tablets avança

Com a queda nos preços, as vendas de tablets crescem no Brasil e avançam sobre notebooks e computadores de mesa. Mais de 370 mil aparelhos foram vendidos nos três primeiros meses do ano no País, segundo dados divulgados pela consultoria especializada em tecnologia IDC. O aumento dos números representa um crescimento de 351% em relação ao mesmo período do ano passado.

"Não consigo conceber uma agenda do Ministério [do Trabalho] sem debater com o conjunto dos representantes dos trabalhadores. Vejo a necessidade de uma ação conjunta para enfrentar os altos índices de rotatividade no emprego, por exemplo, pois representam uma tragédia para o trabalhador e um gasto para o Estado, que não podem continuar sendo um mecanismo para as empresas enxugarem custos"

Ministro do Trabalho, Brizola Neto, em visita à sede nacional da CUT

Nada de celular bloqueado

O Tribunal Regional Federal da 1ª Região proibiu as empresas de telefonia móvel de vender aparelhos celulares bloqueados ao consumidor. A decisão foi em resposta a um recurso apresentado pelo Ministério Público Federal contra a sentença de um juiz de 1ª instância favorável à prática do bloqueio dos aparelhos. O MPF argumenta que o bloqueio dos celulares caracteriza a prática conhecida como fidelização, obrigando o consumidor a ficar "ligado a uma única operadora". Já as empresas de telefonia móvel alegam que a Anatel autoriza o bloqueio por até 12 meses como forma de fidelização e que, "para conceder determinados benefícios, a operadora arca com o preço do aparelho e acaba por transportar determinados encargos para o mercado".

Ainda cabe recurso da decisão.

